

**Licença Corretiva (LC)**

Processo nº 29601/2023

Licença nº 009/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, PECUÁRIA E TURISMO DE PARAÚNA, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.053/2013 bem como, pela Lei Municipal nº 2.174/2017, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Turismo, assim como pelos pressupostos legais existentes, precipuamente o constitucional, concede a presente **LICENÇA CORRETIVA (LC)**, nos termos abaixo descritos:

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

1. **Empreendedor/Razão Social:** Diogo Bueno Ferreira
2. **CPF/CNPJ:** 969.210.481-87
3. **Endereço:** Fazenda São José, Matrícula nº 7.126 Zona Rural
4. **Área total do terreno:** 689,5531 ha
5. **Área Inundada:** 66.444,44 m<sup>2</sup>
6. **Volume Acumulado:** 202.431,96 m<sup>3</sup>
7. **Município:** Paraúna – GO
8. **CEP:** 75.980-000

**BACIA HIDROGRAFICA/MICROREGIÃO**

1. **Região Hidrográfica:** Rio Paraná
2. **Bacia Região:** Rio Turvo e Rio Dos Bois
3. **Microbacia:** Córrego Colônia

**ATIVIDADE**

Barragem de Terra

VÉRTICES	LATITUDE S	LONGITUDE W	VÉRTICES	LATITUDE S	LONGITUDE W
B-1	16° 59' 40,29"	50° 24' 0,388"	B-10	16° 59' 26,966"	50° 24' 3,504"
B-2	16° 59' 39,403"	50° 23' 58,838"	B-11	16° 59' 29,094"	50° 24' 3,409"
B-3	16° 59' 37,116"	50° 23' 59,549"	B-12	16° 59' 32,033"	50° 24' 3,950"
B-4	16° 59' 34,389"	50° 24' 0,528"	B-13	16° 59' 34,609"	50° 24' 4,724"
B-5	16° 59' 32,529"	50° 24' 1,503"	B-14	16° 59' 36,670"	50° 24' 4,548"
B-6	16° 59' 30,822"	50° 24' 1,508"	B-15	16° 59' 39,304"	50° 24' 4,427"
B-7	16° 59' 28,780"	50° 24' 0,694"	B-16	16° 59' 40,586"	50° 24' 4,786"
B-8	16° 59' 27,854"	50° 24' 0,629"	B-17	16° 59' 41,281"	50° 24' 3,613"
B-9	16° 59' 27,447"	50° 24' 1,963"			

Latitude do ponto de amarração: 16° 59' 40,29" S

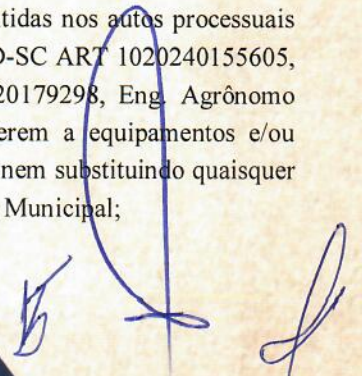
Longitude do ponto de amarração: 50° 24' 0,388" W

Zona: 22K

Descrição do ponto de amarração: Coincide com o primeiro vértice.

**Exigências Técnicas – Observações:**

1. A presente Licença Corretiva (LC) está sendo concedida, com base em informações contidas nos autos processuais que tem como responsável técnico Gustavo Ribeiro Da Silva, Eng. Civil CREA-128771/D-SC ART 1020240155605, Eng. Agrimensor João Bosco Silva Gonçalves CREA-5069523627/D-SP ART 1020220179298, Eng. Agrônomo Fernando Henrique de Godoy CREA-19940/D-GO ART 1020230303873, que se referem a equipamentos e/ou processos relacionados nos projetos apresentados neste licenciamento, não dispensando e nem substituindo quaisquer outros alvarás, autorizações e/ou certidões exigidas pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal;







2. Os equipamentos de controle da poluição deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência dos mesmos a fim de garantir a qualidade ambiental;
3. As atividades desenvolvidas não poderão ser ampliadas e/ou alteradas, sem prévia comunicação com esta secretaria;
4. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Turismo deverá ser comunicada imediatamente, em casos de acidentes que envolvam o Meio Ambiente;
5. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Turismo, reserva-se no direito de **REVOGAR OU SUSPENDER** a presente Licença no caso de descumprimento das condicionantes aqui relacionadas ou de qualquer dispositivo contrário à Legislação Ambiental vigente, assim como, da constatação da omissão ou falsa descrição de informações relevantes que fomentam a sua expedição, ou quando da superveniência de graves riscos ao Meio Ambiente e à Saúde Pública;
6. Fica a presente automaticamente **SUSPENSA**, independente de qualquer ato administrativo por parte desta Secretaria, caso expire o prazo de validade das demais licenças emitidas por outros entes da Administração Pública, seja municipal, estadual ou federal, que fazem parte da instrução do processo a que esta se vincula. Somente com a juntada nos autos de novo documento que será restaurada a validade da licença ora emitida;
7. Esta licença não produz efeitos jurídicos de cessão e/ou aquisição sobre direito de posse e direitos reais como: de propriedade (uso, gozo e disposição), de superfície, de usufruto, de servidão, de habitação, de uso, de penhor, de hipoteca, de anticrese e direito do promitente comprador de imóvel; bem como demais direitos inerentes à propriedade móvel ou imóvel sobre a área e bens delimitados e discriminados nesta licença; nem mesmo direito adquirido, produzindo somente efeitos jurídicos nos limites da Legislação Ambiental e de competência desta Secretaria dentro de seu poder de polícia preventivo e repressivo;
8. **Desmatamento deve ser objeto de licença específica de exploração florestal emitida pelo órgão de gestão ambiental competente;**
9. O licenciado deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO** do recebimento da presente licença de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n° 006/86, no prazo máximo de 30 (trinta) dias e apresentar a mesma a este órgão ambiental.

#### **Exigências Técnicas Complementares:**

1. A presente licença não dá autonomia para qualquer tipo de desmatamento/supressão da vegetação nativa ou vegetação do entorno;
2. Após o recebimento da presente licença, faz valer, criação da área de preservação permanente (APP), com largura de 10 m no entorno do reservatório, conforme o artigo 67 inciso II alínea A da Lei 20.694/2019, assim como realizar o plantio de mudas e promover o cercamento da área, como foi orientado pelo profissional técnico responsável. Apresentar o laudo de comprovação a esta secretaria como mencionado no Plano de Gestão Ambiental (PGA);
3. A execução das atividades não poderá causar danos ao meio ambiente e a terceiros e, caso ocorra, acidentalmente ou não, o empreendedor deve comunicar imediatamente ao órgão ambiental competente e se responsabilizar tanto pela recuperação das áreas danificadas/atingidas, como por qualquer outra responsabilidade originada por sua má execução;
4. Na execução da atividade, observar o cumprimento de todas às recomendações e condicionantes estabelecidas em leis específicas do município: uso do solo, código de edificação e posturas;
5. A atividade deve ser assistida diretamente por profissional com habilitação específica e com anotação em seu conselho de classe;
6. A área objeto desta licença é destinada **SOMENTE AO EMPREENDIMENTO E A ATIVIDADE SUPRACITADOS**, ficando qualquer alteração sujeita a avaliação e licenciamento ambiental;
7. Fica sujeita ao licenciamento ambiental específico qualquer atividade que não seja objeto desta, como lava jato, tanques de armazenamento de combustíveis, oficina mecânica entre outras;
8. Fica proibido o lançamento, a liberação e a disposição de poluentes no ar no solo, no subsolo nas águas superficiais ou subterrâneas em desconformidade com as normas e padrões estabelecidos, bem como qualquer outra forma de degradação decorrente da utilização dos recursos ambientais. De acordo com o disposto no art.60 da lei Estadual n° 20.694/16;





9. Manter procedimentos de controle de emissão de particulados nas vias acesso e durante execução das atividades de acordo com a sazonalidade climática local;
10. Manter estruturas de contenção de processos erosivos e conservação do solo em todas as áreas da atividade, de acordo com os procedimentos propostos nos projetos e planos utilizados para obtenções desta;
11. Manter estruturas de escoamento nos cursos de drenagem pluvial na área de atividade;
12. Os resíduos sólidos e semissólidos classe II deverão ser acondicionados e destinados adequadamente, realizando a segregação de materiais recicláveis e dispor para empresa especializada, conforme resolução CONAMA n° 275/01 e Lei Federal n° 12.305/10. Observar os cuidados especiais com os resíduos considerados perigosos, classe I, listados pela NBR 10.004/2004 e na Resolução CONAMA de n.º 313/2002, realizando a segregação e acondicionamento conforme a legislação e dispor para empresa especializada;
13. Atender todas as normativas ambientais vigentes relativas à conservação e a não degradação do meio ambiente e atender as ações propostas nos projetos, planos e estudos ambientais utilizados para subsidiar o processo de licenciamento;
14. Manter a vazão mínima no manancial a jusante do uso conforme respectivas Portarias de Outorga;
15. Qualquer irregularidade na operação da atividade poderá gerar impactos negativos de ordens ambientais, sociais e econômicas na região, ficando o responsável legal pelo empreendimento sujeito às penalidades da Lei Estadual N° 20.694/2019, regulamentada pelo Decreto N° 9.710/20, que dispõe sobre a Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado de Goiás e na Lei Federal de Crimes Ambientais 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6.514/08;
16. O requerimento de renovação desta licença deve ser realizado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativos ao prazo de vencimento desta;
17. Esta Secretaria Municipal reserva-se no direito de fazer novas exigências caso considere necessário.

**Esta Licença não autoriza a extração de qualquer tipo de minério no local, ficando a mesma de responsabilidade do órgão competente.**

**Técnico Analista do Processo: LUCAS THADEU SILVA SANTOS**

**Lucas Thadeu Silva Santos**  
Chefe de depto. de Licenciamento  
Decreto: 93/2023

**VISTO ANALISTA:**

**Validade da Licença: 20/06/2025**

Paraúna - GO, 20 de Junho de 2024.

**PAULO JOSÉ MARTINS**  
Prefeito Municipal

**THIAGO BARBOSA VITÓRIA**  
Secretário de Meio Ambiente,  
Agricultura, Pecuária e Turismo  
Decreto 064/2024

**Thiago Barbosa Vitória**  
Secretário de Meio Ambiente  
Agricultura Pecuária e Turismo  
Decreto: 064/2024